Consórcios vão bancar de viagem a cirurgia plástica

Paola Carvalho

Tiziana Fabi/AFP - 25/9/08



Avião decola do aeroporto de Roma, Itália: turismo está entre os serviços que serão contemplados com a lei sancionada pelo presidente Lula, além da faculdade e medicina, como cirurgia plástica

A crise econômica mundial tornou o crédito escasso e instituições financeiras mais rigorosas. Mas, a partir de sexta-feira, os consumidores poderão contar com nova alternativa para comprar um bem, financiar a educação dos filhos ou até mesmo fazer uma cirurgia plástica. Entra em vigor a Lei nº 11.795, batizada de "Lei dos Consórcios", que traz novidades em relação às antigas normas do Banco Central (BC). A principal delas a oferta não só de bens, como de serviços também.

A lei traz, ainda, direitos ampliados, taxa de administração na maior parte das vezes inferior aos juros cobrados e menos burocracia, e começa a seduzir consumidores como o empresário Urbano Simões Almeida, que já pensa em uma viagem internacional. Mesmo com o prejuízo de quase R$ 12 mil com a falência do consórcio Uniauto, em 2002, ele vê vantagem no sistema. "É uma poupança forçada. A gente paga devagar e nem percebe", disse. No momento, ele participa de um consórcio de moto, feito junto à montadora. "Como é direto da fábrica, tenho a garantia do recebimento. É preciso ficar de olho", ponderou.

O Projeto de Lei 533/2003 tramitou no congresso por quase cinco anos e a lei foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de outubro de 2008. "A lei proporciona estabilidade jurídica à atividade, ainda mais relevante ao país que, em momento de crise, busca uma sociedade não somente baseada em crédito e endividamento das pessoas, mas na disciplina do planejamento e poupança programada", observou o diretor da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac) em Minas Gerais, Fabiano Lopes Ferreira.

Tire suas dúvidas sobre a nova legislação

Justamente o que fez a servidora pública Daniela Serafim Ferraz. O primeiro veículo dela foi comprado por meio de consórcio e, a partir daí, conseguiu ampliar o seu patrimônio. "Com o primeiro carro tirado no consórcio, dei entrada na compra de outro. Se não tivesse feito isso, não saberia para onde teria ido o meu dinheiro", disse. Agora, ela pretende analisar outros bens e serviços para fazer nova "poupança forçada".

Entre as novidades, Ferreira destaca consórcios de serviços dentários e médicos, como implantação de próteses e cirurgias plásticas, além da educação dos filhos, como a faculdade. "É um divisor de águas. Estimamos aumentar as vendas e manter o baixo patamar de inadimplência", afirmou. Segundo ele, ao participar em cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o sistema de consórcios fechou 2008 com R$ 65 bilhões em ativos administrados. Disponibilizou mais de R$ 20 bilhões para aquisição de bens em 820 mil contemplações. Em dezembro, haviam 3,63 milhões de participantes.

Marcos Vieira/EM/D. A Press



"Com o carro tirado no consórcio, dei entrada em outro" - Daniela Ferraz, servidora pública

Outra possibilidade permitida pela nova lei é o uso da carta de crédito para quitação de financiamento de imóvel. "Depois de sorteado, o mutuário terá autorização para usar a carta de crédito e terminar de pagar o financiamento. Dessa forma, se livra dos juros do banco", afirma Ferreira. Enquanto o Sistema Financeiro de Habitação tem juros médios de 12% ao ano, a taxa de administração do consórcio pode ficar abaixo de 5% no mesmo período. A carta de crédito também servirá para quitar financiamentos de outros bens, como carros e motos.

"A administradora poderá transferir o valor referente à carta de crédito para a empresa credora", explicou o assessor jurídico do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Marcos Diegues. "Algumas disposições existentes anteriormente feriam o Código de Defesa do Consumidor. Por isso, a lei é muito bem-vinda", disse. A coordenadora do Procon Belo Horizonte, Stael Riani, concorda. "A lei torna a operação mais segura para os consumidores, principalmente em Minas, onde temos precedentes de fechamento de consórcios que deixaram seus clientes na mão", afirmou.